

À direita, volver

Gaudêncio Torquato (*)

O dado abre uma boa reflexão: a campanha eleitoral deste ano reúne o maior número de candidatos militares dos tempos de redemocratização: 90

O que também chama a atenção é a quantidade de convocados para compor chapas majoritárias aos governos estaduais. Em São Paulo, duas tenentes coronéis comporão como vices as chapas do governador Márcio França (PSB) e do presidente licenciado da Fiesp, Paulo Skaf (MDB). No Paraná, a governadora Cida Borghetti (PP) terá como vice um coronel aposentado da PM. Qual o significado do afluxo de militares no pleito?

Tentemos formar algumas hipóteses. Primeiro, o ambiente de deterioração que acolhe a esfera política. Nos últimos tempos, a lama da corrupção tem escorrido sobre os vãos e desvãos da República, afogando protagonistas da política, da burocracia estatal e do mundo dos negócios privados. O mensalão e o petróleo (Lava Jato) compõem as duas grandes operações que, ao correr de meses, ganharam espaços midiáticos, plasmando a imagem destrozada de representantes, governantes, executivos e empresários.

Pôr ordem na bagunça que virou o Brasil de ponta-cabeça, eis o apelo embutido no apoio aos militares. Que assumem conotação de profissionais sérios, de vida pacata na caserna e corajoso no cotidiano nas ruas, combatendo máfias criminosas, ainda mais quando a violência se expande nas cidades e nas áreas rurais.

Portanto, o perfil do militar é entronizado na moldura cívica do país, nesse momento em que a sociedade se mostra indignada contra costumes da velha política. Puxá-los para a seara eleitoral seria um esforço dos políticos para conferir assepsia aos partidos – desacreditados – e oxigênio às chapas. Essa é a hipótese que explica a ascensão do protagonista militar que impacta a paisagem eleitoral: Jair Bolsonaro, ex-capitão do Exército.

Deputado alvejado de críticas ao longo de 30 anos de mandato, conhecido por frases fortes, algumas de

caráter machista, homofóbico e xenófobo, Bolsonaro não frequentava o ranking dos representantes prestigiados ou respeitados da Câmara. Foi catapultado ao andar de cima do protagonismo eleitoral na esteira do clamor social por limpeza na política. De repente, o cervo discursivo do capitão, considerado folclórico e de baixo nível, passou a ganhar aplausos de todos os lados. Alguns conceitos a ele atribuídos: “Bandido bom é bandido morto”; “policial bom é aquele que dá tiros, que mata”.

O capitão, cuja vida militar foi marcada por episódios vexatórios – acusado de transgressão grave ao Regulamento Disciplinar do Exército (RDE) – ganha a posição de antídoto às coisas ruins da política e, ainda, de contundente guerreiro contra o PT, sua filosofia política e seus líderes, a partir de Lula. Assim adquiriu status de opositor principal ao lulo-petismo, energizando multidões de militantes que o recebem em aeroportos, sob o grito de “mito”.

E para arrematar a posição ultraconservadora, de modo a sinalizar um recorte militarista na chapa, o capitão escolhe um general aposentado, Hamilton Mourão, que abre a campanha bolsonariana de modo polêmico, atribuindo ao negro a “malandragem” e ao índio, a “indolência”, traços de nossa miscigenação cultural.

O fato é que os dois militares aposentados do Exército, formando a chapa presidencial, e os coronéis da PM, compondo chapas majoritárias nos Estados, a par de uma centena de outros de origem militar nas chapas proporcionais, constituem um fenômeno de nossa contemporaneidade política.

O arco ideológico exibe fortes traços à esquerda, desenhados principalmente pelo PT e suas extensões. Abriga, também, espaços habitados do centro e de suas proximidades, mas o fato novo é o adensamento da extrema direita, até então, restrita e meio escondida.

Agora, seus simpatizantes aplaudem o lema: “à direita, volver”.

(*) - Jornalista, é professor titular da USP, consultor político e de comunicação. gaudencio@gaudencio.com.br. Acesse o blog www.observatoriodaeleicao.com.

Congresso terá novo intervalo de duas semanas com corredores vazios

Ainda sem pauta definida para o próximo período de “esforço concentrado” no Congresso Nacional, marcado para os próximos dias 28 e 29, deputados e senadores, até lá, devem deixar mais uma vez corredores e plenário da Casa vazios, como é comum em ano eleitoral

Em meio a articulações de campanha eleitoral nos estados, é consenso entre os parlamentares que este não é o momento de debater temas polêmicos que possam ter reflexo no resultado das urnas em outubro.

Prova disso foi o balanço da primeira semana de “esforço”, nos últimos dias 7 e 8. No primeiro dia, foram aprovados alguns projetos, mas no segundo, não houve quórum para votações. No Senado, foram aprovados o substitutivo da Câmara ao projeto que tipifica os crimes de importunação sexual e de divulgação de cena de estupro, e o que proíbe as companhias aéreas de cobrar valor adicional para marcação de assentos em voos operados no país. Também foi aprovado o projeto Câmara que assegura o atendimento, no âmbito do SUS, a famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade ou risco social sem a necessidade de comprovação de residência.

Para o final deste mês, o presidente do Senado, Eunício Oliveira, não quis adiantar a pauta. “Vamos fazer pauta intensa para o próximo esforço concentrado. Não sei quais



Em meio a campanha eleitoral nos estados, é consenso que este não é o momento de debater temas polêmicos que possam ter reflexo no resultado das urnas em outubro.

projetos iremos pautar. No meu estilo de buscar harmonia, dividir o poder e não ser o dono do poder, vou conversar com os líderes. Acho, inclusive, que esses esforços concentrados democratizam mais ainda, porque partem dos líderes, e dos senadores que não são líderes, os pedidos para que matérias entrem na pauta”, destacou.

Na Câmara, a produtividade foi bem menor. No primeiro dia,

o plenário aprovou três MPs que faziam parte do acordo do governo federal para encerrar a paralisação dos caminhoneiros. Entre as propostas, foi aprovada a que isenta os eixos suspensos (vazios) de caminhão da cobrança de pedágio, que, em seguida, foi aprovada pelos senadores.

Na área da educação, a Câmara votou proposta que estabelece diretrizes para

valorização de profissionais da rede básica pública. Também foi aprovado o texto que obriga estabelecimentos de ensino a notificar representantes do Ministério Público, juízes de primeira instância e o Conselho Tutelar do respectivo município sobre os alunos que faltarem acima de 30% do permitido em lei. Hoje, a comunicação é feita somente quando as ausências ultrapassam 50% (ABR).

Novo presidente do Paraguai toma posse amanhã

O presidente eleito do Paraguai, Mario Abdo Benítez, tomará posse do cargo que ocupará pelos próximos cinco anos amanhã (15), em Assunção, capital do país sul-americano. As eleições no Paraguai ocorreram em 22 de abril, quando Benítez obteve 46,49% dos votos, e o segundo colocado, Efraín Alegre, conquistou 42,73%. A diferença foi de pouco mais de 95 mil votos.

Na cerimônia de posse de Benítez, que sucederá Horacio Cartes, estarão presentes sete chefes de Estado: Tabaré Vázquez, Ivan Dúque, Evo Morales, Jimmy Morales, Mauricio Macri, Tsai Ing-wen e Michel Temer, que são presidentes, respectivamente, do Uruguai, Colômbia, Bolívia, Guatemala, Argentina, Taiwan e Brasil.

Além de Temer, os presidentes da Câmara, Rodrigo Maia, e do Senado, Eunício Oliveira, também participarão da cerimônia em Assunção. Estados Unidos, Rússia, Espanha também vão mandar representantes para acompanhar a posse de Benítez (ANSA).

Norma sobre fake news poderia ‘resultar em censura’

O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, destacou ontem (13) o fato de o TSE não ter editado uma resolução específica para tratar das notícias falsas (fake news) nas eleições deste ano. Para ele, que é ministro substituto do TSE, uma resolução do tipo poderia ser interpretada como censura prévia de conteúdo, o que não seria permitido pela Constituição.

“Felizmente” uma norma sobre fake news não foi aprovada, afirmou o ministro. “Asideias são incontroláveis. O que nós precisamos é, posteriormente, diante de uma mentira intencional - e não me refiro ao erro, e sim a uma inverdade - ter consequências jurídicas. Mas, a priori, qualquer regulamentação soaria como censura”, disse Marco Aurélio, ao participar de um seminário sobre democracia e eleições em uma universidade particular de Brasília. Ressaltou a importância da imprensa para esclarecer a população sobre informações falsas divulgadas como verdadeiras.



Marco Aurélio, ministro do STF.

O ministro do TSE Tarcísio Vieira também participou do evento e comentou as fake news. Vieira afirmou que integrantes do FBI, dos Estados Unidos, que visitaram o TSE disseram não ter dúvidas de que as eleições norte-americanas foram manipuladas com informações falsas disseminadas em redes sociais. Ele destacou o enorme desafio das fake news para a Justiça Eleitoral, mas não detalhou como o TSE lidará com o tema durante as eleições.

Hoje, o assunto é abordado dentro da resolução sobre propaganda eleitoral, que prevê a retirada de conteúdo e multa em caso de divulgação de notícias falsas. Um grupo de trabalho sobre o assunto, formado no TSE, chegou a discutir a minuta de uma resolução específica para regulamentar o tema das fake news para as eleições deste ano, mas o documento nunca chegou a ser votado pelos ministros da Corte Eleitoral (ABR).

Projeto libera construções à margem de estradas e ferrovias

Um projeto da Câmara assegura a permanência de edificações comerciais e residenciais à margem de rodovias federais e ferrovias. A lei em vigor veda a existência de construções em uma faixa de 15 metros de cada lado das estradas. A proposta analisada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) do Senado acaba com essa proibição no caso de imóveis já erguidos ou em construção.

De acordo com o projeto, a dispensa vale apenas para trechos rodoviários ou ferroviários que atravessem ou sejam passíveis de serem incluídas em perímetro urbano. O texto também estende a autorização para construções ao longo de dutos e de águas correntes e dormentes. Segundo o texto, o Poder Público deve desistir de ações judiciais para retomada dos terrenos.

O relator da matéria na CI é o senador Lasier Martins (PSD-RS). Ele explica que o objetivo do projeto “é resguardar a segurança jurídica de quem já construiu na faixa não edificável”. Para o parlamentar,



Lasier Martins: o projeto resguarda a segurança jurídica de quem já construiu às margens de rodovias.

se houver comprometimento à segurança do trânsito e dos moradores dos imóveis, o Poder Público deve desapropriar as áreas “mediante prévia e justa indenização”.

“Não é razoável que famílias inteiras e pequenos comerciantes tenham suas propriedades perdidas sem indenização em razão de ocupações que foram tacitamente autorizadas pelo Poder Público ao longo do tempo”, argumenta Lasier Martins no relatório. A matéria deve passar pela Comissão de Constituição e Justiça (Ag.Senado).

Exportação de animais vivos para abate pode ser proibida

Um projeto para proibir a exportação de animais vivos destinados ao abate foi apresentado pelo senador Rudson Leite (PV-RR) e tramita na Comissão de Agricultura, onde aguarda recebimento de emendas. A proposta destaca o crescimento dessa atividade nos últimos anos no Brasil, trazendo à discussão as condições de maus-tratos a que são submetidos os animais transportados e a poluição decorrente do lançamento dos dejetos animais in natura no meio ambiente.

No texto, o senador aponta recente episódio em que a 25ª Vara Cível Federal de São Paulo acatou pedido da ONG Fórum Nacional de Proteção Animal e suspendeu os embarques de animais vivos, até que o país de destino se comprometa a adotar práticas de abate compatíveis com a legislação brasileira. Os maus-tratos no transporte de animais vivos foram atestados na inspeção realizada por técnicos da prefeitura de Santos. O laudo evidencia que os animais são enclausurados em



Animais são enclausurados em espaços reduzidos para serem transportados em longas viagens marítimas.

espaços reduzidos para serem transportados em longas viagens marítimas, nas quais enfrentam tempestades e calor intenso.

Também foi verificado que uma viagem de 27 mil bovinos teve duração de uma semana, período no qual as baias não foram lavadas. Urina e excrementos se acumularam no assoalho e depois foram jogados ao mar. Mesmo destino dos animais mortos e triturados durante a viagem.

De acordo com a Associação Brasileira dos Exportadores de Animais Vivos (Abreav), a exportação cresceu 42% entre 2016 e 2017 e deverá alcançar crescimento de 30% entre 2017 e 2018. Para o senador, esse aumento deverá agravar ainda mais os problemas ambientais e os relativos ao bem-estar animal. A matéria seguirá para a análise da Comissão de Meio Ambiente, que terá a decisão final (Ag.Senado).

Bancos públicos estão sob ‘ameaça de desmanche’

Os bancos públicos estão sob ameaça de desmanche ou de privatização por falta de planejamento por parte do Estado, de acordo com os participantes da audiência pública realizada pela Comissão de Direitos Humanos do Senado. A situação pode afetar, por exemplo, quem precisa de financiamento na área habitacional e na agricultura, as obras de infraestrutura, os projetos de geração de renda e as políticas sociais.

Foi o que alertou o presidente da Federação Nacional das Associações de Povoado da Caixa Econômica, Jair Pedro Ferreira. “É isso que o Senado, o Congresso e a sociedade precisam compreender: se eu desmontar esses bancos públicos, se eu acabar com eles ou se privatizá-los, vou estar tirando da sociedade a grande ferramenta do financiamento”, explicou.

A presidente da Comissão e autora do pedido da audiência, senadora Regina Sousa (PT-PI), apontou o atual governo como culpado pela instabilidade no setor bancário. Ela criticou o fechamento de agências da Caixa e do Banco do Brasil em vários municípios e a descapitalização do BNDES, que, segundo ela, vem causando prejuízos à população (Ag.Senado).